



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA
05 DE MAIO DE 2015

N.º 10/2015

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Dr. Luís
Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO	Pág.
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 25 de abril de 2015.....	4
2 – Adesão de Princípio ao Modelo de Gestão Intermunicipal dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais.....	5
DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
3 – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência.....	9
4 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal.....	9
5 – Alargamento do Horário de Funcionamento de Estabelecimentos de Bebidas – Requerente: COPAS & PAUS UNIPESSOAL, LDA	10
6 – Prestação de serviços - Celebração de Contrato de Prestação de Serviços de Seguros do Município de Santa Marta de Penaguião – Emissão de Parecer Prévio.....	11
7 – Prestação de serviços - Celebração de Contrato de Prestação de Serviços de Seguros do Município de Santa Marta de Penaguião.....	13
Tesouraria	
8 – Resumo dos Fluxos de Caixa até 29 de abril de 2015	15
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
9 – Delegação de Competências - Informação do Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes.....	15
DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO	
10 – Plano de Transportes 2014/2015 – Abertura de Concurso Público – Circuitos Especiais.....	16

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 05 de maio de 2015



11 – Combate ao Insucesso Escolar - Implementação do Programa “LínguaLer – Sucesso para Todos” - Celebração de Protocolo de colaboração entre o Município e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.....	17
12 – Real Clube de Penaguião – III Penaguião CUP – Pedido de Subsídio /Apoio.....	19
13 – Apoio Financeiro às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Fontes e Santa Marta de Penaguião – Aprovação da Minuta do Protocolo	20



ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 25 de abril de 2015

----- 1 – Presente à reunião as deliberações da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 25 de abril de 2015: -----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”** -----

----- **Ponto 1.1** – Ata da sessão ordinária realizada no dia 27 de fevereiro de 2015. -----

----- **Deliberação:** Aprovada, por unanimidade. -----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”** -----

----- **Ponto 2.1** – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

----- **Deliberação:** Tomado Conhecimento. -----

----- **Ponto 2.2** - Fixar o valor do seguro de acidentes pessoais dos membros da Assembleia Municipal (n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na sua atual redação). -----

----- **Deliberação:** Aprovado, por unanimidade. -----

----- **Ponto 2.3** - Deliberar sobre a Alteração ao Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro – Retificação (n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na atual redação – Deliberação da Câmara Municipal de 21 de abril de 2015). **Deliberação:** Aprovada, por unanimidade. -----

----- **Ponto 2.4** - Deliberar sobre o Contrato de Partilha de Poupanças Líquidas – Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais, referente ao projeto IluPub Douro – Melhoria da Eficiência Energética na Iluminação Pública do Douro, (alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro – Deliberação da Câmara Municipal de 21 de abril de 2015). -----

----- **Deliberação:** Aprovada, por unanimidade. -----

----- **Ponto 2.5** – Deliberar sobre o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2014 (alínea I), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 21 de abril de 2015). -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 10 de 05 de maio de 2015



----- **Deliberação:** Aprovado, por maioria, com dezasseis votos a favor do grupo municipal do Partido Socialista, dos grupos de cidadãos “Fazer Mais Pela Nossa Terra” e “Por Medrões Sempre”, do Presidente da Junta de Freguesia de Fontes, e da substituta do Presidente da União de Freguesias de Louredo e Fornelos, e, com seis abstenções do grupo municipal do Partido Social Democrata. -----

----- **Ponto 2.6** – Deliberar sobre a revisão aos Documentos Previsionais da Receita e Despesa, do Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades mais Relevantes - 2015 (alínea a), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 21 de abril de 2015). -----

----- **Deliberação:** Aprovada, por maioria, com catorze votos a favor do grupo municipal do Partido Socialista, dos grupos de cidadãos “Fazer Mais Pela Nossa Terra” e “Por Medrões Sempre”, da substituta do Presidente da União de Freguesias de Louredo e Fornelos, e, com seis abstenções do grupo municipal do Partido Social Democrata. Os Senhores, Hugo Alexandre Cunha Sequeira, Presidente da Junta de Freguesia de Fontes e Manuel António Esteves Rebelo, membro do grupo municipal do Partido Socialista, estavam ausentes no momento da votação.

----- **Ponto 2.7** – Deliberar sobre formas de apoios pontuais à Freguesia de Alvações do Corgo e à União de Freguesias de Louredo e Fornelos, bem como aprovar as minutas dos contratos a celebrar (alínea j), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 21 de abril de 2015). -----

----- **Deliberação:** Aprovada, por unanimidade. -----

----- **Deliberação:** Tomar conhecimento. -----

**Adesão de Princípio ao Modelo de Gestão Intermunicipal dos Sistemas
de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais**

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “ Considerando que: -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 10 de 05 de maio de 2015



- Os Municípios estão incumbidos de assegurar serviços municipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, nos termos previstos na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; -----
- Os Municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro (de ora em diante CIMDOURO) têm vindo a receber diversas propostas para a gestão destes serviços de interesse geral que, visando a prossecução do interesse público, não devem ser delegados sem previamente avaliar o impacto dessa delegação; -----
- Praticamente todos os Municípios da CIMDOURO receberam da Águas de Portugal uma proposta de constituição de Parceria Pública Estado-Autarquias Locais (PPEAL) que sugeria a integração dos actuais sistemas municipais num sistema multimunicipal a ser gerido pela concessionária do actual sistema em alta – Águas de Trás-os-Montes – ou quem lhe sucedesse no âmbito da estratégia de fusão das empresas concessionárias detidas pelo grupo Águas de Portugal; -----
- As propostas, já apresentadas para esta parceria, apontam para um encargo mensal da ordem dos 27,2 € para os utilizadores finais de águas e águas residuais com um consumo de 10m³; -----
- A CIMDOURO, tendo em vista avaliar a proposta da Águas de Portugal e procurar eventuais alternativas, elaborou um estudo onde se aprofundaram os seguintes pontos: -
 - ✓ Análise da Situação Actual dos Municípios; -----
 - ✓ Análise da Gestão Conjunta dos Serviços de Água e Saneamento; -----
 - ✓ Análise da Proposta de Parceria Pública Estado-Autarquias Locais (PPEAL) da AdP;
 - ✓ Comparação entre a Situação Actual e a Parceria Pública Estado-Autarquias Locais (PPEAL) da AdP -----
- O estudo acima referido, tendo por base os mesmos proveitos para os Municípios, aponta para um encargo mensal da ordem dos 22,5 € para os utilizadores finais de águas e águas residuais com um consumo de 10m³ e refere que, do ponto de vista económico, financeiro, ambiental e social, a opção por um modelo de gestão intermunicipal que contemple a gestão conjunta dos serviços de água e saneamento, é vantajosa relativamente ao modelo de gestão em parceria, apresentado pela Águas de Portugal; -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 10 de 05 de maio de 2015



- Esse estudo identifica várias oportunidades no modelo de gestão intermunicipal dos sistemas de água e saneamento, sendo as mais relevantes: -----
 - ✓ A manutenção da autonomia e capacidade de decisão na esfera dos Municípios sobre este sector tão relevante para a vida das comunidades locais; -----
 - ✓ A publicação de um regulamento tarifário, por parte da ERSAR que abrirá a oportunidade para a estrutura tarifária mais justa e equilibrada, sem esquecer as componentes de responsabilidade social que o fornecimento deste bem acarreta; ----
 - ✓ Uma melhoria na eficiência na água não facturada, ainda numa fase preliminar que, sem recurso a grandes investimentos, permitirá ganhos económicos muito significativos, pois que a generalidade das atuais entidades gestoras não têm dimensão que assegure a existência das necessárias competências técnicas para alcançar essa economia; -----
 - ✓ Possibilidade de, sem expansão da rede, se integrarem no sistema, utilizadores que actualmente recorrem a origens próprias e a deficientes tratamentos dos efluentes, criando situações de incumprimento passíveis de penalizações. -----
 - ✓ A própria eventual agregação dos sistemas multimunicipais em alta, do norte do País permitirá uma melhor negociação das condições contratuais, ajustando-as à realidade da região, nomeadamente em aspectos como os consumos mínimos ou configuração geral dos sistemas em alta; -----
 - ✓ A agregação institucional dos municípios na CIM-Douro permite um reforço da posição negocial face às diversas entidades da administração central, mormente numa altura em que se assiste à “reestruturação” do sector; -----
 - ✓ A aplicação de alguns desenvolvimentos tecnológicos no sector, ainda sem aplicação em larga escala na região, que permitirão aumentar a eficiência, como, por exemplo: o uso da videoscopia no interior das tubagens para a detecção de ilícitos, máquinas de fumo para a detecção de infiltrações de pluviais, equipamentos de detecção acústica de fugas, sistemas de eficiência energética, equipamentos de inspecção vídeo de colectores, reabilitação de colectores e condutas sem abertura de vala, telemetria, entre outros; -----
 - ✓ A sustentabilidade económica, financeira e social do modelo de gestão centralizada local dos sistemas municipais, sendo que as conclusões apontam para que os



encargos médios mensais das famílias se posicionem dentro dos limites previstos pelo ERSAR; -----

----- Em face do exposto supra e no cumprimento do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, submete-se à Câmara Municipal a seguinte proposta: -----

- a) A adesão de princípio ao modelo de estudo e de gestão intermunicipal; -----
- b) A delegação na CIMDOURO da elaboração de estudos técnicos e de viabilidade económico-financeiros que configurem uma proposta de criação de uma entidade intermunicipal, respondendo a pelo menos as seguintes questões: -----
 - ✓ Objetivos da entidade a criar, integrados nos objetivos definidos para o sector e que, em cooperação com os Municípios, materializem indicadores de cobertura e de qualidade de serviço, de desempenho ambiental, de produtividade e de eficiência de gestão; -----
 - ✓ Modelo de Infraestruturas (levantamento das atuais infraestruturas, necessidades de ampliação, remodelação ou renovação futura visando um determinado nível de serviço e desempenho); -----
 - ✓ Estudo de viabilidade económico-financeira para um período de 30 anos que demonstre a viabilidade técnica e financeira da entidade a criar e que inclua uma proposta de evolução tarifária durante esse período e de afetação de recursos humanos tendo em atenção a atual afetação dos recursos humanos Municipais; -----
 - ✓ Identificação das principais iniciativas de carácter estratégico que a entidade a criar deve implementar, incluindo metas temporais que permitam aferir o seu sucesso; -----
 - ✓ O plano de investimentos; -----
 - ✓ O tarifário e a sua trajetória de evolução temporal; -----
 - ✓ As sanções aplicáveis pelo incumprimento dos objetivos e metas, definidos. -----
 - ✓ Elaboração da proposta de estatutos, modelo de governação e demais documentos que sustentem uma proposta de organização empresarial, visando a criação de uma empresa intermunicipal, eficiente e eficaz, capaz de responder aos atuais e futuros anseios das populações, exigências e desafios do setor." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a proposta apresentada.** -----



**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de
Imóveis – Exercício do Direito de Preferência**

- 3 – Presente à reunião informação dos Serviços com o seguinte teor: -----
----- “Para os devidos efeitos, junto remeto a V. Ex.ª os atos celebrados nos meses de **março de 2015**, pelos diversos Serviços de Notariado, com vista a permitir o exercício de direito de preferência sobre os prédios, nos termos do artigo 55º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro.” -----
----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

**Delegação de Competências - Informação do Presidente
da Câmara Municipal**

- 4 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----
----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma.” -----
----- Alterações Orçamentais: -----
----- 1 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 15 de abril de 2015. -----
----- 2 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 22 de abril de 2015. -----
----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



**Alargamento do Horário de Funcionamento de Estabelecimentos de
Bebidas – Requerente: COPAS & PAUS UNIPessoal, LDA**

----- 5 – Presente à reunião requerimento em nome de COPAS & PAUS UNIPessoal, LDª, a solicitar o alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento, sito na Rua do Assento, freguesia da Cumieira, deste Concelho, sobe com informação dos Serviços com o seguinte teor:

----- “De acordo com o Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e no que concerne aos Estabelecimentos de Bebidas, podem funcionar entre as 6 horas e as 24 horas, durante todos os dias da semana exceto aos sábados e em dias imediatamente anteriores a feriados ou dias santos em que será permitido o funcionamento até às 2 horas do dia imediato, conforme determina o artigo 4º daquele Regulamento. -----

----- No artigo 10º diz que a Câmara Municipal pode alargar os limites horários destes estabelecimentos, a requerimento dos interessados e devidamente fundamentados, estabelecendo para o efeito determinados requisitos. -----

----- Assim, foi apresentado pedido de alargamento de horário, das 2h às 4 horas da manhã, à sexta-feira e sábado, em nome de **COPAS & PAUS UNIPessoal, LDª**, explorador do Estabelecimento de Bebidas, sito na Rua do Assento, freguesia da Cumieira, deste Concelho. ---

----- Foi solicitado parecer à Junta de Freguesia da Cumieira que emitiu parecer favorável à pretensão requerida e à GNR que não vê inconveniente no funcionamento do estabelecimento, conforme o solicitado, desde que se encontrem salvaguardados os incómodos provocados aos cidadãos residentes, pelos ruídos produzidos não só no interior do estabelecimento como também nas imediações, cabe ao Executivo Camarário autorizar ou não o alargamento do horário deste estabelecimento.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade o alargamento do horário das 2h às 4 horas da manhã, à sexta-feira e sábado, de acordo com a informação dos serviços.** -----



**Prestação de serviços - Celebração de Contrato de Prestação de
Serviços de Seguros do Município de Santa Marta de Penaguião –
Emissão de Parecer Prévio**

----- 6 – Presente à reunião, informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “O contrato de prestação de serviços de seguros que o Município tem contratualizado para os vários ramos caduca no mês de junho, pelo que é necessário fazer um concurso público para a aquisição deste serviço. -----

----- Considerando o disposto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgãos e serviços da Administração Pública, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças nos termos e segundo a tramitação a regular por Portaria, mantendo-se, nos termos do n.º 1 do referido artigo 75.º a aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro. -----

-----Por sua vez, o n.º 12 do artigo 75.º da LOE 2015 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal, sendo que esse parecer se aplica aos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nos termos previstos no artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como designadamente à contratação de aquisições de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 6, do mesmo diploma, com as devidas adaptações, independentemente da contraparte, ou seja: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no artigo 75.º da LOE 2015, conjugado com o artigo 2.º e 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, isto é, a redução percentual do valor total a pagar pelo contrato com idêntico objeto e ou contraparte; -----
- d) Inexistência de pessoal em situação de requalificação. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 05 de maio de 2015



----- Considerando que o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas, aprovado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, estabelece no seu artigo 24.º, n.º 1 que “nenhum dos órgãos ou serviços, pode iniciar procedimento para a **contratação de prestação de serviços** ou recrutamento de trabalhador por tempo indeterminado, determinado ou determinável que não se encontre integrado no mapa de pessoal para o qual se opera o recrutamento, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para as funções ou postos de trabalho em causa” cujos termos e tramitação desse procedimento prévio se encontra regulado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro. -----

----- Considerando que dada a natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, se constata que não se trata da execução de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato; -----

----- Assim, considerando a necessidade de o Município dispor deste serviço, pretende-se celebrar um contrato de prestação de serviços de Seguros, pelo prazo de 12 meses, podendo o mesmo ser prorrogado por iguais períodos se nenhuma das partes o renunciar num prazo mínimo de 60 dias até ao limite de três anos, cumprindo o disposto no artigo 48.º do Decreto-Lei 18/2009, de 29 de Janeiro; -----

----- Considerando que com vista à adjudicação do contrato de aquisição do serviço referido, será o concurso público com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos; -----

----- Considerando que a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa está prevista nas rubricas orçamentais n.ºs 1.1.1. 02. 01.03.09.01, inscrita no n.º 2014/A/16 – Pj/Ac n.º 16/14, 1.1.1. 02. 01.03.09.01, inscrita no n.º 2014/A/17 – Pj/Ac n.º 17/14, 1.1.1. 02. 02.02.12, inscrita no n.º 2014/A/18 – Pj/Ac n.º 18/14, 1.1.1. 02. 02.02.12, inscrita no n.º 2014/A/19 – Pj/Ac n.º 19/14, 1.1.1. 02. 02.02.12, inscrita no n.º 2014/A/20 – Pj/Ac n.º 20/14 e 1.1.1. 02. 02.02.12, inscrita no n.º 2014/A/21 – Pj/Ac n.º 21/14, do PAM (Plano de Atividades Municipal); -----

----- Considerando que nesta situação concreta se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato; -----

----- Considerando, finalmente, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 75.º da LOE 2015, o valor do contrato a celebrar não será objeto de redução remuneratória, uma vez que a quantidade a



contratar é superior relativamente à adjudicação anterior, levando a que o caderno de encargos a usar no procedimento concursal, seja substancialmente diferente; -----

----- Considerando que a Assembleia Municipal em sessão de 27/12/2013, para efeitos do previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – LCPA) e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que os encargos resultantes do contrato não excedam o limite 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- Face ao exposto e caso mereça a concordância de V.ª Ex.ª, deverá este assunto ser levado à Reunião de Câmara de modo a que o Executivo Municipal delibere no sentido de emitir, por força do disposto nos n.ºs 5 e 12, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2015 (OE 2015), conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, **parecer prévio** favorável à celebração do contrato de **prestação de serviços de Seguros**, encontrando-se, no caso individual e concreto, reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6 do artigo 75.º da LOE 2015 acima mencionados.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à celebração do contrato de prestação de serviços de Seguros, de acordo com a informação dos serviços.** -----

Prestação de Serviços - Celebração de Contrato de Prestação de Serviços de Seguros do Município de Santa Marta de Penaguião

----- 7 – Presente à reunião, informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 05 de maio de 2015



----- “O contrato de prestação de serviços de seguros que o Município tem contratualizado para os vários ramos caduca no mês de junho, pelo que é necessário proceder à aquisição deste serviço. -----

----- Para a aquisição referida, o preço base é de 162.000,00 € para 3 anos, isento de IVA, ao que corresponde 54.000,00 €/ano, isento de IVA, pelo que ao abrigo da alínea b) do n.º 1 Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do Artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e do artigo 130.º e seguintes do mesmo diploma, o procedimento a adotar é o concurso público. -----

----- Para este efeito, deverá, caso mereça a concordância de V.ª Ex.ª, ser submetido à aprovação do Executivo Municipal, os seguintes elementos relativos ao procedimento concursal:

- a) Aprove a contratação da prestação de serviços de seguros referida, bem como a realização da despesa, de acordo com o artigo 36.º do CCP. -----
- b) O procedimento do concurso público nos termos do artigo 38.º do CCP. -----
- c) Caderno de Encargos; -----
- d) Programa de Procedimento; -----
- e) Anúncio a publicar no Diário da Republica; -----
- f) Constituição do Júri: -----

----- Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Técnico Superior – Presidente do Júri; -----

----- Dr. Emanuel Rodrigues Costa, Técnico Superior; -----

----- Mª de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira, Coordenadora Técnica. -----

----- Suplentes: -----

----- Eng.ª M.ª Adelaide Rodrigues Vaz Machado Sanfins, Técnica Superior; -----

----- Eng.ª Cármen Carvalho Pereira, Técnica Superior. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos serviços.** -----

Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa até 29 de abril de 2015

----- 8 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa até 29 de abril de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	29/04/2015
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		629 543,26	Despesas Orçamentais (*)		2 469 353,68
Execução orçamental	603 477,80		Correntes	1 518 384,61	
Operações de tesouraria	26 065,46		Capital	950 969,07	
			(*) Compromissos	8 514 971,41	
Receitas Orçamentais		2 557 399,74	Operações de tesouraria		131 991,64
	1 914				
Correntes	828,85		Saldo para o dia seguinte:		719 067,22
Capital	642 570,89		Execução orçamental	691 523,86	
Operações de tesouraria		133 469,54	Operações de tesouraria	27 543,36	
Total		3 320 412,54	Total		3 320 412,54

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Delegação de Competências - Informação do Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes

----- 9 – Presente à reunião informação do Senhor Vereador em Regime a Tempo Inteiro, José Manuel Moreira Lopes, com o seguinte teor: -----



----- “No uso das competências que me foram delegadas, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as decisões proferidas ao abrigo do disposto na alínea y) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo diploma, referentes às obras particulares aprovadas durante o mês de abril que constam do mapa anexo à presente ata e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

Plano de Transportes 2015/2016 – Abertura de Concurso

Público – Circuitos Especiais

----- 10 – Presente à reunião informação dos Serviços, com o seguinte teor: -----

----- “Tendo por base a informação recebida do Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião, foi elaborado o Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2015/2016 que contará com os mesmos circuitos do ano letivo em curso a seguir discriminados: -----

- Circuito 1 e 2 servidos por Empresas de Transporte, poderão ser efetuados em carreira pública; -----
- Circuito 3, 4, 10, 11, 14, 15 e 19 tendo em conta o ano em curso poderão ser efetuados em veículos da Câmara Municipal; -----
- Circuito 5, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 16, 17 e 18 deverão ser efetuados em circuito especial, viaturas das Juntas de freguesia ou outras. -----

----- Tal como no ano transato o agrupamento referencia um aluno da localidade de Vinhós que fez sempre o seu percurso escolar no concelho. Não sendo do concelho, caberá ao executivo permitir a sua integração na rede de transportes. Não foi referenciado no Plano em virtude de Vinhós pertencer ao município do Peso da Régua. -----

----- Assim, o presente Plano de Transportes, tendo em conta as alterações que se entender necessárias, deverá ser aprovado pelo Executivo Municipal e o mesmo ser dado a conhecer ao Conselho Municipal de Educação, conforme o ponto 3, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de Setembro. -----



----- De acordo com o mesmo Decreto-Lei nos pontos 2 e 3 do artigo 15º deverá proceder à abertura de concurso.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, o Plano de Transportes para o ano letivo 2015/2016, bem como, permitir a integração do aluno da localidade de Vinhós, na rede de transportes do concelho e autorizar a abertura do concurso, nos termos da informação dos serviços. -----

Combate ao Insucesso Escolar - Implementação do Programa “LínguaLer – Sucesso para Todos” - Celebração de Protocolo de colaboração entre o Município e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

----- 11 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Cada vez mais a sociedade atual valoriza a escolaridade enquanto alicerce do aumento de competências e saberes dos indivíduos, e consequentemente de uma sociedade mais justa, democrática, de bem-estar, criativa e capaz. Neste sentido, o número de anos de estudo obrigatório tem-se alargado ao longo das últimas décadas e cada vez mais é preocupação do Estado a promoção do sucesso escolar. A qualidade do ensino pré-escolar, assim como as intervenções precoces, são unanimemente apontadas como o caminho para evitar que os alunos iniciem percursos de insucesso. -----

----- Santa Marta é um concelho que tem apostado e tido provas na melhoria dos resultados escolares. Este investimento tem-se traduzido na melhoria de vários índices escolares, nomeadamente na redução da taxa de atraso no 1º e 2º ciclos e na redução da taxa de abandono. No entanto é ainda considerado um concelho com níveis elevados de insucesso escolar pois os resultados em exames nacionais e as taxas de atraso continuam bastante abaixo da média nacional. -----

----- Com vista à continuação da progressão e da melhoria dos resultados escolares, este executivo pretende estabelecer um protocolo com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto



Douro – UNIDADE DE DISLEXIA – com o objetivo de desenvolver um projeto de promoção do sucesso escolar. -----

----- Este projeto destina-se a alunos do ensino pré-escolar e visa, entre outras valências, a implementação de um programa de promoção de competências de linguagem. O programa foi construído com base em evidências científicas que indicam os fatores facilitadores da aprendizagem da leitura e da escrita, ferramentas basilares, e transversais a todo o percurso académico assim como determinantes do sucesso escolar. Esta perspetiva, de promoção do sucesso e prevenção do insucesso, coloca-se em oposição à perspetiva remediativa mais tradicional e dispendiosa. -----

----- No entanto e para que mais e mais próximos sejam os resultados, propõem-se também, a realização de um rastreio transversal a todos os anos do 1.º Ciclo do Ensino Básico com vista a detetar crianças em risco de dificuldades específicas de aprendizagem e/ou outras perturbações do desenvolvimento para posterior encaminhamento para avaliações mais específicas. -----

Assim, considerando que constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente do domínio da educação, conforme o disposto no artigo 23.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais; -----

----- Considerando, que de acordo com o protocolo a celebrar com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, o Município obriga-se a realizar o pagamento do valor 1.115,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondente à implementação do rastreio para todos os alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico do ano letivo 2014/2015, a concretizar no mês de Maio do corrente ano, bem como a importância de 33.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor num período de 24 meses, referente à implementação do referido programa - “LínguaLer – Sucesso para todos”, sendo que 15% desse valor é pago com o início dos trabalhos e a parte restante em duodécimos mensais, até ao final do referido período, o que equivale a que correspondente despesa se prolonga pelos anos económicos de 2016 e 2017; -----

----- Considerando que a Assembleia Municipal em sua sessão ordinária realizada no dia 28 de Novembro do ano transato, deliberou emitir autorização genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais resultantes de projetos ou ações constantes do Plano de Atividade Municipal (Atividades Mais Relevantes) ou os seus encargos não excedam o limite de



99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- Considerando que este programa se enquadra no projeto/ação do Plano de Atividade Municipal: 2.1.1.-02/02.02.25;02/04.03.05 - 38/2014 – Ensino Pré-Escolar e do 1.º Ciclo – Protocolos de desenvolvimento de projectos educativos com o Agrupamento Vertical de Escolas e outros. -----

----- Propõe-se ao Executivo que delibere aprovar: -----

- a) A aquisição de serviços para a implementação programa - “LínguaLer – Sucesso para todos” à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a respetiva despesa a pagar nos termos constantes do protocolo, no valor de 34.115,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; e -----
- b) A minuta do protocolo a celebrar entre o Município e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, anexa à presente proposta e da qual faz parte integrante.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a aquisição de serviços para a implementação programa - “LínguaLer – Sucesso para todos” com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, autorizar as respetivas despesas, bem como a minuta do Protocolo a celebrar entre o Município e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, nos termos da proposta.** -----

Real Clube de Penaguião – III Penaguião CUP

– Pedido de Subsídio /Apoio

----- 12 – Presente à reunião ofício do Real Clube de Penaguião, registado sob o n.º 1184, de 30 de abril do corrente ano, a dar conhecimento que nos próximos dias 10 e 31 de maio, 7 e 14 de junho, vão realizar o III Penaguião Cup. -----

----- Sendo este um evento que contará com a presença de 600 atletas, trazendo para o Clube inúmeras despesas, solicitam, à Câmara Municipal um subsídio para a realização das atividades.

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 2.000,00€ (dois mil euros), para a realização do III Penaguião CUP, ficando no**



entanto, o seu encargo condicionado à existência de dotação orçamental e ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----

Apoio Financeiro às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Fontes e Santa Marta de Penaguião – Aprovação da Minuta do Protocolo

----- 13 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “A Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, no atual quadro legislativo, é a autoridade máxima na área do concelho em matéria de proteção civil. Cabe à Câmara Municipal a responsabilidade de criar condições para um bom e regular funcionamento dos vários agentes de proteção civil e adotar as medidas julgadas necessárias e adequadas para a melhor e mais justa utilização dos meios disponíveis no território concelhio. -----

----- Existem no concelho duas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários cujos Corpos de Bombeiros, desempenham ao longo do ano uma função primordial no desenvolvimento de ações de proteção e socorro. -----

----- Nestes termos: -----

----- Considerando que cabe à Câmara Municipal a definição de estratégias que garantam a maior eficácia na proteção e socorro na área do município, mas também, a conjugação de sinergias que assegurem uma melhor utilização e rentabilização dos meios e recursos existentes, em especial nas ações de socorro prestadas por bombeiros, situação que se justifica de forma mais evidente na atual conjuntura económica e social do País; -----

----- Considerando que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio da proteção civil, conforme se encontra definido no artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro que aprovou o regime jurídico das autarquias locais; -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 10 de 05 de maio de 2015



----- Considerando, que o cumprimento das ações de proteção e socorro acarretam às Associações Humanitárias elevadas despesas; -----

----- Considerando, que as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários asseguram ao longo do ano vários serviços à população; -----

----- Considerando que cabe ao Município de acordo com as suas competências apoiar esta missão. -----

----- A Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião entendeu estabelecer com as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Fontes e de Santa Marta de Penaguião um protocolo de colaboração, visando a melhor colaboração entre as associações e o município. Nesse sentido, propõe-se que Exmo. Executivo Municipal, ao abrigo da alínea j) do nº 2 do artigo 23º e al.ª o) do artigo 33.º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprove a celebração dos protocolos de colaboração a celebrar com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do concelho de Santa Marta de Penaguião." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade:** -----

1 – Atribuir uma comparticipação financeira no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros) a cada uma das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho, a pagar 50% em junho e os restantes 50% em novembro; -----

2 – O Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município e as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Concelho. -----

----- O Senhor Vereador do PPS/PSD, Aníbal Pinto Prior, ausentou-se no momento da discussão e votação aquando da atribuição do subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Marta de Penaguião. -----

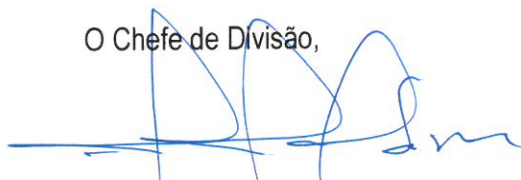
Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 10 de 05 de maio de 2015


----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:15 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)